

**ATA NÚMERO 211/XII/3.ª SL**

Aos 22 dias do mês de outubro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

15h00

1. Apreciação e votação da ata n.º 210, referente à reunião de 15 de outubro.
2. Distribuição da Proposta de Lei n.º 180/XII/3.ª (ALRAA) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.
3. Distribuição da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.ª (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.  
Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.
4. Apreciação do pedido de reanálise do envio, para apreciação pública, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.ª (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, a solicitação do Grupo Parlamentar do PSD.
5. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 175/XII/3.ª (GOV) – Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.  
Autor do parecer: Senhor Deputado João Galamba (PS).
6. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 176/XII/3.ª (GOV) – Procede a 2.ª alteração a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro.

Autora do parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).

7. Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Decreto n.º 177/XII - Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, nos termos do despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República.
8. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.
9. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 455/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar”.
10. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão – Enquadramento harmonizado para os projetos de planos orçamentais e relatórios de emissão de dívida na área do euro [COM(2013)490].  
Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).
11. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro [COM(2013)614].  
Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).
12. Informação sobre iniciativas europeias.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

13. Apreciação do relatório da audiência concedida à FESAP (no âmbito da reapreciação do Decreto n.º 177/XII) e das audições da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e da ACAP – Associação Automóvel de Portugal (primeiros subscritores das Petições n.º 289/XII/3.<sup>a</sup> e n.º 253/XII/2.<sup>a</sup>, respetivamente).
14. Outros assuntos.

---

**1. Apreciação e votação da ata n.º 210, referente à reunião de 15 de outubro.**

A [ata n.º 210](#), referente à reunião de 15 de outubro, foi aprovada por unanimidade.

**2. Distribuição da Proposta de Lei n.º 180/XII/3.<sup>a</sup> (ALRAA) - Estabelece a duração do período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas na Região Autónoma dos Açores.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PSD.**

O Grupo Parlamentar do PSD deu conta que indicaria posteriormente o autor do parecer.

**3. Distribuição da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.**

**Autor(a) do parecer: Cabe ao Grupo Parlamentar do PS.**

O Grupo Parlamentar do PS indicou como autor do parecer da Comissão o Senhor Deputado Pedro Nuno Santos (PS).

**4. Apreciação do pedido de reanálise do envio, para apreciação pública, da Proposta de Lei n.º 181/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à sétima alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros, a solicitação do Grupo Parlamentar do PSD.**

O Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão e do pedido dirigido à Senhora Presidente para efeitos de apreciação pública da iniciativa, nos termos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, tendo em consideração as normas laborais constantes do diploma.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

Em sede de debate, começou por intervir o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), que suscitou algumas dúvidas quanto à obrigatoriedade de apreciação pública da iniciativa, tendo em consideração que esta remete para a legislação em vigor.

O Senhor Presidente recordou que as normas legais não dispõem de modo restritivo em matéria de inovação na ordem jurídica, considerando que as disposições da proposta de lei introduzem inovações no ordenamento em questão em matéria de trabalho subordinado (pelas restrições aplicáveis), sendo aliás um dos objetivos de alteração da Lei, considerando prudente proceder à apreciação pública da proposta de lei.

Os Senhores Deputados Artur Rego (CDS-PP) e Pedro Filipe Soares (BE) deram, nestes termos, anuência à manutenção do pedido de apreciação pública, tendo em consideração o princípio da prudência, tendo sido acordado – igualmente por consenso – manter a apreciação da proposta de lei na generalidade na data agendada, porém sem votação, aguardando para tal o fim do período de apreciação pública, pelo prazo reduzido tendo em consideração a urgência da matéria.

Foi, adicionalmente, discutido o modo de tramitação da iniciativa, tendo intervindo nesta matéria, sucessivamente, os Senhores Deputados Duarte Pacheco (PSD), Pedro Filipe Soares (BE), Paulo Sá (PCP) e João Galamba (PS), tendo sido acordado proceder à votação da iniciativa, na generalidade, na sessão de votações regimentais de 22 de novembro, procedendo-se logo de seguida à definição da metodologia para apreciação da iniciativa na especialidade, de modo a assegurar a votação final global do diploma na primeira sessão de votações regimentais posterior à votação final global do Orçamento do Estado (excluindo o caso de esta acontecer na última semana de novembro).

**5. Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 175/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, e o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.**

**Autor do parecer: Senhor Deputado João Galamba (PS).**

O Senhor Deputado João Galamba (PS) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 175/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), tendo em sede de debate usado da palavra os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) – que efetuou uma sugestão de redação, Paulo Sá (PCP) e Miguel Frasquilho (PSD), que cumprimentaram o autor do parecer, tendo este acolhido a sugestão efetuada, após o que o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.

6. **Apreciação e votação do parecer à Proposta de Lei n.º 176/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) – Procede a 2.<sup>a</sup> alteração a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de junho, e o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro.**

**Autora do parecer: Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP).**

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) apresentou o parecer à [Proposta de Lei n.º 176/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), sublinhando as principais disposições da iniciativa, tendo em sede de debate usado da palavra o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) cumprimentado a autora do parecer, após o que o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente interrompeu brevemente os trabalhos da Comissão para saudar a presença de um conjunto de funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste, em estágio na Assembleia da República.

7. **Discussão e votação indiciária, na especialidade, do Decreto n.º 177/XII - Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12 A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, nos termos do despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República.**

Apreciadas as propostas de alteração apresentadas por PSD/CDS-PP, PCP e BE ao [Decreto n.º 177/XII](#), a Comissão procedeu à discussão e votação indiciária na especialidade. O registo do quadro comparativo das propostas de alteração e do Relatório de Votações pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

8. **Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 171/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) – “Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção**

**social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, à alteração do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprova o Estatuto da Aposentação, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações”.**

O Senhor Presidente recordou as audições pendentes no âmbito da apreciação pública da iniciativa – APRE e STAL – bem como as propostas apresentadas pelo PCP.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) propôs a audição do Senhor Vice-Primeiro-Ministro, tendo o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) reiterado as propostas apresentadas pelo PCP. Não havendo consenso, e para além das audições suprarreferidas, previstas nos termos da lei no âmbito da apreciação pública, foram as propostas submetidas a votação, tendo a audição do Senhor Vice-Primeiro-Ministro sido rejeitada com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP, as audições da Frente Comum, STE e FESAP aprovadas por unanimidade e as audições de FENPROF, STAL, SEP e FNAM rejeitadas com os votos favoráveis de PS, PCP e BE e contra de PSD e CDS-PP.

A Comissão consensualizou propor à APRE a realização da audição conjuntamente com a Inter-Reformados da CGTP e o MURPI, ficando salvaguardado o direito de audição apenas da APRE, nos termos da Lei, caso esta Associação não concordasse com uma audição conjunta.

Em matéria de agendamento, deliberou a Comissão convocar as audições para quinta-feira, 24 de outubro e, excecionalmente, para a tarde de 29 de outubro, tendo todos os Grupos Parlamentares manifestado anuência nesta matéria. Foi fixada como hora de limite de apresentação de propostas de alteração à iniciativa as 21h de 29 de outubro, com vista à discussão e votação da iniciativa, na especialidade, na reunião ordinária da COFAP da tarde de 30 de outubro.

**9. Definição da metodologia para a nova apreciação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 455/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) – “Alteração do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, permitindo aos municípios a opção pela redução de taxa a aplicar em cada ano, tendo em conta o número de membros do agregado familiar”.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado por consenso dos Grupos Parlamentares.

**10. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão – Enquadramento harmonizado para os projetos de planos orçamentais e relatórios de emissão de dívida na área do euro [COM(2013)490].**

**Relator: Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD).**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o relatório à [Comunicação da Comissão](#), no contexto da entrada em vigor do *two-pack* em matéria de governação económica na UE, sublinhando as conclusões dele constantes.

Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE) e Paulo Sá (PCP), que obstaram à conclusão n.º 2, tendo usado igualmente da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que saudou o relator e subscreveu o teor do relatório. O Senhor Presidente da Comissão recordou o processo de nova revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, previsto para o final do corrente ano, e que mais do que ao PAEF o processo se reporta ao *two-pack* em matéria de coordenação de políticas económicas e financeiras, tendo também sido discutido na Conferência sobre o artigo 13.º do Tratado Orçamental, decorrida na semana anterior, o modo como a maior intervenção da Comissão Europeia em matéria orçamental afeta os calendários nacionais nessa matéria.

Não se registando intervenções adicionais, foi o relatório votado, tendo as conclusões n.º 1 e 3 sido aprovadas por unanimidade e a conclusão n.º 2 sido aprovada com os votos favoráveis de PSD, PS e CDS-PP e contra de PCP e BE.

**11. Apreciação e votação do relatório à Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu – Sistema bancário paralelo – Fazer face aos novos fatores de risco no setor financeiro [COM(2013)614].**

**Relator: Senhor Deputado João Galamba (PS).**

O Senhor Deputado relator solicitou o adiamento do presente ponto da Ordem do Dia.

**12. Informação sobre iniciativas europeias.**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado por consenso dos Grupos Parlamentares.

**13. Apreciação do relatório da audiência concedida à FESAP (no âmbito da reapreciação do Decreto n.º 177/XII) e das audições da DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e da ACAP – Associação Automóvel de Portugal (primeiros subscritores das Petições n.º 289/XII/3.<sup>a</sup> e n.º 253/XII/2.<sup>a</sup>, respetivamente).**

O presente ponto da Ordem do Dia foi adiado por consenso dos Grupos Parlamentares.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

**14. Outros assuntos.**

Não foram suscitados outros assuntos.

A reunião foi encerrada pelas 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2013

**O PRESIDENTE,  
EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Virgílio Macedo  
João Galamba  
Miguel Frasquilho  
Paulo Sá  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Artur Rêgo  
Jorge Paulo Oliveira  
Maria das Mercês Borges  
Miguel Tiago  
Nuno Serra  
Paulo Ribeiro de Campos  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Medina  
José de Matos Rosa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos  
João Pinho de Almeida  
Nuno Reis